

MAIS BRASIL OU AUSTERICÍDIO

Nº 10

Publicação da Associação dos Funcionário do Ipea

Esta série de artigos de opinião se destina a debater e problematizar aspectos gerais ou específicos da proposta Bolsonaro/Guedes sobre o Estado brasileiro, apelidada de Transformação do Estado. Não se pretende que seja algo exaustivo ou necessariamente propositivo. Não é uma abordagem exaustiva porque esta é necessariamente uma construção coletiva, contínua e cumulativa. Tampouco é uma abordagem necessariamente propositiva, muito embora das críticas aqui esboçadas já se depreendam: i) uma visão de mundo nem liberal, nem conservadora; ii) algumas alternativas críveis e necessárias para a construção do Estado necessário ao desenvolvimento brasileiro ainda no século XXI. Convidamos a a comunidade ipeana para participar e se posicionar em relação ao tema, enviando suas contribuições voluntárias para comunicacao@afipea.org.br

O NOVO CONSERVADORISMO NA CULTURA: arte, liberdade de expressão e política cultural

Frederico Barbosa da Silva e Paula Ziviani

Ao longo dos últimos anos se multiplicaram análises, avaliações, reflexões, artigos, dissertações, reportagens que nos informam de forma cada vez mais densa e completa sobre os dinamismos dos domínios culturais e da necessidade de estabelecer marcos claros para as políticas públicas no âmbito da União, Estados e Distrito Federal e municipalidades.

Esses trabalhos permitem dar visibilidade às preocupações sociais e institucionais centrais nos desenvolvimentos das políticas culturais no Brasil recente. Historicamente, as políticas culturais são tributárias das formas de organização das atividades estatais. As instituições culturais no Brasil encontram seus marcos inaugurais com a vinda da Biblioteca Imperial, mais tarde transformada em Biblioteca Nacional. Diferentes instituições e iniciativas culturais foram criadas já nos anos 1930 e seguintes, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que é de 1937 e da intensa iniciativa de produção audiovisual e cinematográfica pelo Estado Novo, também acompanhada por inúmeras ações no âmbito da música, teatro, dança etc., todas concentradas na preocupação de construção da Nação ou na busca da brasilidade. Nas décadas de 1960 e 70, nova

intensidade foi impressa ao dinamismo das instituições culturais, com a criação da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), Centro Nacional de Referência Cultural (CNFC) e Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME).

O Ministério da Cultura (MinC) foi criado em 1985, incorporando e dando unidade às diferentes instituições culturais e se associando a iniciativas de criação de sistema de financiamento que complementasse recursos de fonte orçamentária direta. Lembramos da Lei Sarney. A partir da promulgação da Constituição de 1988 ocorreram dois movimentos simultâneos e contraditórios. O primeiro movimento foi liberalizante, preconizando as liberdades de expressão e a presença dos dinamismos

dos mercados ampliados como reguladores das atividades culturais. As atividades estatais seriam subsidiárias, mas não deixariam de existir. No governo Collor, o Ministério foi extinto junto com as leis de incentivo, sendo transformado em Secretaria ligada à Presidência da República, no quadro de forte crise econômica e política; foi recriado em seguida junto com as leis do audiovisual e Lei Rouanet.

O segundo movimento mantém a ideia de liberdade de expressão como núcleo, adiciona a ela a preocupação com a ampliação dos espaços de deliberação e participação política, fortalecimento do Estado na sua capacidade de administrador de políticas patrimoniais, museais, arquivísticas etc., regulador e fomentador das atividades de audiovisual e cinema, fomentador das artes, e nas políticas constitutivas dos direitos ao reconhecimento. Nesses casos, indústrias culturais, mercados simbólicos ampliados, mercados restritos (artes) e comunidades culturais, tradicionais ou não, convivem de forma contraditória e simbolicamente densa com o que pode ser apontado como um conceito ampliado de cultura, o conceito antropológico de cultura.

Nesse período são criadas e redesenhadas inúmeras iniciativas de regimes de ação nas políticas culturais. São criadas a Agência Nacional do Cinema (ANCINE)¹, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Programa Brasil Diversidade Cultural, Programa Cultura Viva – talvez o programa que marque simbolicamente os dois governos Lula –, o Programa Economia da Cultura, depois Secretaria de Economia Criativa – conjunto de ações e iniciativas que marcaram o primeiro Governo Dilma. Esses são exemplos da miríade de ações que rotacionam o cotidiano da administração do Ministério da Cultura. Nenhuma linha de ação específica é capaz de oferecer um sentido global, mas podem servir de marcador simbólico.

As ideias gerais são importantes para construir posições, distinguir atores e estilos de fazer política cultural. “Cultura como bom negócio”, “Cultura no sentido antropológico” e “Desenvolvimento da Cultura” se entrelaçam, são usadas em todo o período, mas podem ser ideias força que distinguem governos: os dois períodos FHC, os dois de Lula e o primeiro de Governo Dilma. A crise do Programa Cultura Viva, com seu discurso da potência das arte e da cultura, desvendamento do Brasil profundo, protagonismo, liberdade e reconhecimento da diversidade já começa no Governo Lula, mas só vai se estabelecer como marcador das gestões do Ministério sob a direção de Anna de Holanda

1 Já no início da década, em 2001, foi criada de forma simultânea à agência nacional do cinema a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE), que vai ter um impacto significativo na dinâmica financeiro-orçamentário da área. Em 2002, a contribuição passou a ser cobrada.

e com os ministros seguintes, quando, concreta e, institucionalmente, desloca-se o foco para a Economia Criativa e volta o ambíguo, porém poderoso, discurso sobre o desenvolvimento.

Mais importante para o nosso argumento, entretanto, é que a cultura foi constitucionalizada (ano 2012²) e parte da organização institucional passa a ser configurada na forma de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), alinhado ao Plano Nacional de Cultura (PNC), acompanhado pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e pelas Conferências Nacionais de Cultura. Essa constelação distingue os Governos de Lula e Dilma na cultura do Governo de FHC, mesmo que nenhum deles tenha questionado a presença do Ministério da Cultura como peça central das políticas culturais federais³. Mesmo que esses dispositivos tenham sido seguidos de intensa discussão sobre vinculações orçamentárias e sobre a reforma dos instrumentos de financiamento, especialmente da Lei Rouanet, talvez o mais importante para caracterizar os governos da primeira década dos anos 2000, sejam as ideias sobre os papéis do estado e da participação social.

O Sistema Nacional de Cultura é um dispositivo unificador do processo de construção institucional fragmentada. Trata-se de um sistema nacional, descentralizado e participativo. A imagem-objeto do SNC nunca foi objeto de consenso. Estruturas mais ágeis de pactuação e coordenação federativa, com criação de órgãos seto-

2 Brasil. Emenda Constitucional no 71, de 29 de novembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 2012.

3 Ver Barbosa da Silva, F.A.; Midlej, S. Políticas públicas culturais: a voz dos gestores. Brasília: Ipea, 2011.

riais, fundos e conselhos, com ou sem estruturas formais de pactuação tais quais comissões intergestores ou fóruns; sistema nacional coordenado pelo MinC em diferentes áreas, tais como artes, patrimônio material, imaterial e arqueológico, museus, arquivos, bibliotecas etc., que poderiam ou não funcionar na forma de sistemas dentro do sistema; sistema com diferentes desenhos de coordenação, desde concepções mais centralizadas até mais horizontalizada, ou seja mais pendente ao funcionamento desconcentrado ou descentralizado. Em qualquer caso, existia um consenso sobre a ideia de que o papel do poder público deveria ser fortalecido nas suas capacidades. Qualquer ideia de crise concentrava-se na dúvida em relação à intensidade das apostas políticas para sedimentar as estruturas de coordenação federativa e da força dos instrumentos de financiamento.

A principal dúvida não era de paradigma, organizado no consenso sobre o papel constitutivo e estruturante do poder público na indução, regulação e orientação de ações que garantissem os direitos culturais, mas da capacidade de construção um sistema de financiamento sólido e equitativo, base do sistema nacional.

No momento atual, a crise é outra. Há dúvidas importantes e crescentes a respeito dos paradigmas de políticas públicas a serem adotados. Embora os Direitos Culturais, SNC e PNC tenham sido constitucionalizados, como já escrevemos, os ataques retóricos aos artistas, as dificuldades em relação à mobilização política, a desconstrução efetiva da participação social e dos conselhos nacionais e, repetindo-se historicamente, contudo, de forma mais intensa, as dúvidas em relação ao financiamento, geram a sensação de que começa a se desenhar uma crise de outra magnitude. A crise é de paradigma.

O paradigma de política cultural centrado na ideia da democracia cultural e na institucionalização de políticas federativas, mesmo que não tenha sido completamente articulados em governos anteriores, passa a conviver com outro que começa a se gestar, recessivo e redutivo em relação ao conceito de direitos culturais e receptivo à ideia de que o mercado oferta cultura, de que a política cultural pode ser objeto de regulação moral e orientações ideológicas particulares e de que a limitação de recursos pode ser justificada em nome de um Estado reduzido.

Para o nosso argumento, pelo menos no momento, não importa tanto a contabilidade do número de órgãos setoriais de cultura, fundos ou conselhos. Mas importa-nos a percepção de que a conjuntura não é de construção institucional, mas de cuidado cotidiano com a agora evidente fragilidade da nossa democracia cultural.

O Brasil planeja ações públicas sistemáticas para a pasta da cultura já faz alguns anos, tendo sido capaz de articular

políticas públicas de cultura muito antes do surgimento do MinC, em 1985. No entanto, a criação do MinC trouxe unidade e organização às políticas culturais no reforço do Estado como garantidor dos incentivos, fomento, normatização, regulação, planejamento, realização dos direitos culturais e dinamização dos circuitos culturais⁴. Em 1985, há quem tivesse sido contra a criação Ministério, perante a alegação de que seria melhor para a cultura permanecer numa estrutura que lhe desse força política ao invés de outra que lhe proporcionasse autonomia mas pouca importância⁵. O argumento faz referência à saída da cultura do Ministério da Educação e Cultura, que desde 1953 abrigava a pasta, mas, sobretudo, ao receio de que, com a criação do MinC, algumas das instituições que o comporiam – no caso, a FUNARTE, que já atuava em todo o Brasil desde 1975 –, perdessem capacidade e articulação política na promoção de atividades culturais.

Ao longo da sua história, a existência do MinC veio a ser questionada em outros momentos – além do Collor, o governo interino de Michel Temer, logo depois do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, juntou novamente a cultura com o Ministério da Educação. Contudo, a decisão não chegou a durar nem 15 dias e o MinC foi recriado após repercussão negativa e ampla mobilização da classe artística. Em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, a Medida Provisória no 870 extingue novamente o Ministério da Cultura e cria a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da

4 Desenvolvido a partir de Barbosa da Silva, F. A. & Araújo. *Cultura Viva – avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.

5 Botelho, I. *Romance em formação: FUNARTE e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

Cidadania⁶. O movimento parece ser o mesmo, no entanto, as ações que se seguiram à extinção do órgão nos levam a sustentar a hipótese de crise de paradigma. Sob acusações de balcão de negócios retornou – o argumento deu força às críticas às leis de incentivo em outros momentos da história –, Jair Bolsonaro com frequência reduz a atuação do MinC à Lei Rouanet para justificar a extinção do órgão e a necessidade de reformulação da lei⁷.

A redução do Ministério a Secretaria se dá em meio às justificativas de crise fiscal e da necessidade de equilíbrio das contas públicas. Esses argumentos explicam, inclusive, os movimentos cíclicos dos orçamentos em diferentes períodos dos últimos 30 anos e, em pouco deles, com questionamento da necessidade de órgão unificador e coordenador de ações na área, inclusive em razão de fortes argumentos que mostram que a cultura é eficiente na produção de economias e emprego.

Entretanto, as críticas têm outras frentes. A primeira delas, diz respeito aos supostos desvios na aplicação da Lei Rouanet. A segunda refere-se aos excessos dos incentivos fiscais que distorcem a lógica dos mercados. Ambas tiveram consequências no comportamento de investidores tradicionais no âmbito cultural. O fim dos patrocínios de empresas como Petrobrás e BNDES⁸, além do projeto de acabar com instituições do Sistema S⁹ seria um dos exemplos das ações que têm uma lógica fiscal e que têm forte consequência em dos setores mais dinâmicos do ponto de vista econômico e simbólico. Como resultado, vários grupos e projetos culturais serão, possivelmente, extintos ou passarão a viver precariamente. A ação envolverá cortes de recursos para museus, teatros, casas de música, cinema, orquestras, festivais, atividades culturais de qualquer natureza, pontos de cultura,

6 Brasil. Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jan. 2019. p. 1-13.

7 Ver: <https://www.nexojornal.com.br/expreso/2019/07/03/Quem-s%C3%A3o-os-nomes-da-gest%C3%A3o-cultural-na-era-bolsonarista>

8 Ver: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/petrobras-corta-todos-os-patroc%C3%ADnios-para-teatro-e-cinema-e-vai-focar-em-educacao-infantil.html>; https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/alem-de-petrobras-bndes-tambem-vai-zerar-patroc%C3%ADnios-culturais/?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link.

9 Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/19/o-que-e-o-sistema-s-de-sesc-e-sesi-e-por-que-seu-repasse-caoa-polemica.htm>; https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-cni-presopela-pf-em-operacao-sobre-fraude-envolvendo-sistema-s-23463150?utm_source=notificacao-geral&utm_medium=notificacao-browser&utm_campaign=O%20Globo

além de grupos de cultura renomados no país como Grupo Galpão, Grupo Corpo, Cia Débora Colker, e de eventos culturais que acontecem há duas décadas ou mais como o Festival de Teatro de Curitiba, Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, entre outros.

Interessante frisar que o MinC sempre esteve entre as pastas do Estado com menor orçamento e que pouco compromete as contas públicas¹⁰. Apesar disso, foi o primeiro a entrar na lista dos órgãos ministeriais que seriam cortados pelo novo governo. A preocupação entre os artistas é de que o fim do MinC irá acarretar na perda de autonomia da cultura, e menor capacidade de articulação e atuação. Contudo, diante do seu irrisório orçamento, esvaziamento da pasta ao longo dos últimos anos (especialmente a partir de 2014), redução de verbas, etc., já não estaria o MinC sem capacidade de articulação e força política para formular ações públicas de cultura para o país?

A primeira questão que se coloca é sobre a atual estrutura da cultura no governo e a equipe designada para a coordenação da pasta. O modelo de Secretaria ao invés de Ministério preocupa o setor, já que a pasta da cultura, tem tradições administrativas específicas, exigindo operações e agenciamentos que lhe reconhecessem singularidades, necessidades

10 Segundo os dados empenhados em 2018, o MinC corresponde à 0,8% do orçamento do Governo Federal. Se comparado aos outros ministérios, o MinC é o quarto de menor orçamento, empatado com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O orçamento da cultura está acima apenas do Ministério dos Esportes (0,05%), Ministério do Turismo (0,04%) e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (0,02%).

técnicas e políticas autônomas¹¹. O próprio Ministro reconhece a própria inexperiência no campo, o que lhe retira sensibilidade e vocação, embora não de forma absoluta, é claro, para disputar recursos financeiros e prioridades entre as diversas ações do Ministério da Cidadania. Entretanto, é fato, a disputa para o orçamento da cultura está sob a coordenação de um médico, sem qualquer experiência política nas questões da cultura¹². A falta de conhecimento das políticas culturais, seus valores, modos operandi e de seus desafios institucionais, pesa negativamente na força política do setor e na sua capacidade de propor novas ações, assim como garantir a continuidade das que vinham sendo desenvolvidas até então.

A inexperiência do ministro na cultura se expande também para a Secretaria Especial da Cultura, órgão responsável pela política do setor no Ministério. O cargo é ocupado por um economista com carreira no setor de investimentos e mercado financeiro, especialmente bancos e corretoras¹³. Vale destacar que o novo secretário tomou posse após a saída do anterior, que pediu exoneração do cargo acusando o governo de censura¹⁴, ponto que será retomado adiante. Há um ponto positivo nessa experiência, que é a possibilidade de ajudar na organização de fundos patrimoniais (endowments), algo que seria bem-vindo para atender a uma parte das necessidades de financiamento dos mercados ampliados da cultura. Entretanto, o modelo será extremamente negativo caso seja aplicado como modelo único para atender aos direitos culturais relacionados às grandes áreas tradicionais das políticas culturais (patrimônio material e imaterial, artes, museus, cultura popular, cinema e audiovisual etc.) e pouco serviria para a realização dos ideais constitucionalizados, quais sejam, o Sistema Nacional de Cultura, a participação social e o pacto federativo cultural, todos eles relacionados aos ideais de liberdade de expressão, justiça social e equidade.

11 Relativamente à estrutura, a Secretaria Especial de Cultura conta com seis subsecretarias: Secretaria do Audiovisual, Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, Secretaria da Diversidade Cultural, Secretaria da Economia Criativa, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura e Secretaria de Infraestrutura Cultural. Contudo, duas delas – Economia Criativa e Infraestrutura Cultural – não consta designado nenhum subsecretário responsável. Fonte: <http://cultura.gov.br/secretaria/secretarias/>

12 Ver: <http://cultura.gov.br/secretaria/ministro-e-secretarios/>

13 Ver: <http://cultura.gov.br/ricardo-braga-toma-posse-como-secretario-especial-da-cultura/>

14 Ver: <https://oglobo.globo.com/cultura/para-ficar-bater-palma-para-censura-eu-prefiro-cair-fora-diz-henrique-pires-ex-secretario-especial-de-cultura-23893258>

A liberdade de expressão significa a possibilidade de escolher sem as determinações ou condicionamentos pré-existentes, ou seja, ser capaz de escapar das determinações externas, naturais, culturais e sociais, perseguindo um projeto de ação contra, inclusive os próprios preconceitos e idiosincrasias pessoais. O Estado é livre caso não seja determinado em suas escolhas por valores, crenças e interesses particulares ou caso não persiga apenas a política de poder, mas princípios, ideais de justiça e equidade, ou seja projetos societários que impliquem na coesão e no respeito aos direitos humanos. O público da cultura é livre se é capaz de escolher entre obras, gêneros e práticas culturais, fazendo opção entre o que é simples e o complexo, entre o comum e o distinto, entre o bom gosto e o mal gosto sem constrangimentos externos dos meios de comunicação, das instituições sociais coercitivas (como escola, igreja ou Estado), dos mercados ou da propaganda. Os artistas são livres se podem escolher de forma autônoma, mesmo que de forma relacional, seu fazer ou projeto de produção simbólica. Portanto, a liberdade não é a autonomia absoluta, mas a possibilidade de escolher sem constrangimento ou coerções externas, no quadro de repertórios e possibilidades plurais, qual o projeto de si, de sociedade e modo de viver, se considera mais relevante num dado contexto ético e valorativo.

O princípio da liberdade de expressão é um contraponto importante aos argumentos morais que vêm servindo de fundamento e orientação das intervenções na cultura do atual governo. Contudo, vale dizer que os argumentos morais, nem de longe, se constituem como forma de governo e muito menos como preceito da cultura. A atuação do MinC em outras gestões passadas promoveu de ações de fomento e incentivo à diversidade em sentido amplo, sem restrições. A

atual diretriz da SDC, segundo seu Secretário, também defende, mesmo com certa contradição em relação a outras alas do Governo que a prioridade é a cultura e suas diversas manifestações, mesmo sem um maior enfoque à diversidade sexual. O secretário afirma que isso se configure perseguição política¹⁵. Mesmo com essas afirmações são justamente as atividades culturais cujo conteúdo aborda temas como o da diversidade sexual as que têm sido alvo de ato formal de censura. Um dos exemplos é a suspensão do edital da ANCINE de seleção de séries temáticas para emissoras públicas de televisão que havia projetos com o tema LGBT pré-selecionados¹⁶, o que levou inclusive o Secretário Especial de Cultura da época a deixar o cargo. Sob a alegação de que a decisão fere direitos fundamentais como liberdade de expressão, igualdade e não discriminação, o judiciário determinou a volta do edital¹⁷. Obras do audiovisual brasileiro que abordam a temática da sexualidade receberam críticas do presidente Jair Bolsonaro¹⁸.

Na mesma linha de raciocínio, a sociedade brasileira tem presenciado exemplos de natureza semelhante e que poderiam ser classificados como uso atípico de orientações ideológicas particularistas nas políticas culturais, coisa que não é próprio às políticas democráticas, e que as aproxima de práticas de cerceamento, perseguição ou até mesmo censura, ainda que por meio de atos menos formais como o do caso do edital das TVs públicas. São eles:

1) o cancelamento da estreia do longa-metragem *Marighella* no Brasil, segundo o setor do audiovisual, feito por “boicote” da própria ANCINE¹⁹;

2) a presença de militares e políticos defensores de agendas conservadoras em reuniões de discussão da programação cultural da Cinemateca Brasileira, em São Paulo²⁰;

3) a censura da exibição do filme sobre a vida e obra do cantor Chico Buarque no “Brazil Film Festival 2019”, pela embaixada brasileira em Montevidéu, no Uruguai²¹ – vale mencionar que as embaixadas brasileiras de vários países têm sido alvo de interferências políticas do presidente Jair Bolsonaro²²;

4) a recusa do presidente Jair Bolsonaro em assinar o diploma do Prêmio Camões, um dos mais importantes prêmios da literatura em língua portuguesa, concedido pelos governos do Brasil e de Portugal ao cantor, compositor e escritor Chico Buarque

23

15 Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/06/30/interna-brasil,766801/foco-da-politica-nacional-de-diversidade-e-na-cultura.shtml>

16 Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/edital-series-lgbt-suspenso-criticas-bolsonaro/>; <https://telaviva.com.br/07/10/2019/liminar-manda-ancine-retomar-edital-suspenso-por-osmar-terra/>

17 Ver: <https://telaviva.com.br/07/10/2019/liminar-manda-ancine-retomar-edital-suspenso-por-osmar-terra/>; <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/11/em-nova-derrota-do-governo-justica-mantem-edital-da-ancine.htm>

18 Ver: <https://www.conjur.com.br/2019-out-02/mpf-move-acao-ministro-censura-projetos-lgbt>

19 Ver: <https://blogdadacidania.com.br/2019/09/estreia-de-marighella-e-cancelada-por-boicote-da-ancine/>

20 Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/cinemateca-e-ocupada-por-militares-e-politicos-contramarxismo-cultural.shtml>

21 Ver: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/itamary-censura-filme-sobre-chico-buarque-no-uruguai.html>; <https://www.cartacapital.com.br/politica/itamary-censura-exibicao-de-filme-sobre-chico-buarque-no-uruguai/>

22 Ver: <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-trocara-15-embaixadores-em-postos-chave-para-melhorar-sua-imagem-23518250>

23 Ver: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/09/chico-buarque-ironiza-recusa-de-bolsonaro->

5) a previsão de que o Teatro Glauber Rocha, no Rio de Janeiro, seja transformado “no primeiro teatro do país dedicado ao público cristão” ao ter sua gestão entregue ao grupo de orientação evangélica Companhia Jeová Nissi. A ação é coordenada pelo Centro de Artes Cênicas da Funarte, no âmbito do Projeto de Revitalização da Rede Federal de Teatros cujos documentos que constam no processo afirmam que o Brasil vive um “momento crucial no combate cultural” e se faz necessário que o governo de Jair Bolsonaro “atue firme e propositivamente na área da arte e cultura, hoje dominada pelo marxismo cultural e pela agenda progressista”²⁴.

6) Por fim, mencionamos a exoneração da Superintendente do IPHAN em Minas Gerais. Com 30 anos de prática profissional na proteção de patrimônio e no cargo desde 2015, a ex-superintendente foi substituída por um cinegrafista da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Sem qualquer experiência no assunto, o cinegrafista passou a ser o responsável pela gestão de 50% de todo o patrimônio tombado do país e, conseqüentemente, pela coordenação de umas das superintendências mais complexas do IPHAN. O feito causou comoção nos prefeitos das cidades históricas do Minas Gerais, profissionais do patrimônio, museólogos e restauradores preocupados não só com a inexperiência do novo superintendente mas, sobretudo, pela quebra de continuidade das ações que vinham sendo feitas.

Os desdobramentos práticos das intervenções que vêm acontecendo no âmbito da cultura só serão melhor dimen-

-de-assinar-diploma-segundo-premio-camoes.htm

24 Ver: <https://veja.abril.com.br/brasil/diretor-da-funarte-decide-entregar-teatro-no-rio-a-companhia-evangelica/>; <https://revistaforum.com.br/cultura/diretor-da-funarte-pretende-entregar-teatro-glauber-rocha-a-companhia-evangelica/>; <https://veja.abril.com.br/brasil/mpf-vai-investigar-entrega-de-teatro-federal-para-grupo-evangelico/>

sionados no futuro, inclusive porque já se vê algumas reações organizadas e com peso político e institucional. No entanto, os casos mencionados são emblemáticos e revelam preocupação do setor sobre os rumos da política cultural diante da falta de experiência da equipe técnica e política responsável pelo setor, a ausência de autonomia administrativa diante da redução do MinC à Secretaria Especial e as intervenções que ferem o princípio da liberdade de expressão.

Frederico Barbosa da Silva é Doutor em Sociologia pela UnB, pesquisador do Instituto de Planejamento e Pesquisa (Ipea), professor da pós-graduação, Mestrado e Doutorado, em Direito e Políticas Públicas do UNICEUB/DF. E-mail: frederico.barbosa@ipea.gov.br

Paula Zivani é Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na DISOC do Instituto de Planejamento e Pesquisa (Ipea). E-mail: pziviani@gmail.com

afipea
Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea Associação dos Funcionários do Ipea